

Guerra do Brasil à COVID-19: Crise e não conflito—Médicos e não generais¹

Brazil's war on COVID-19: Crisis, not conflict—Doctors, not generals

La guerra de Brasil al COVID-19: Crisis, no conflicto—Médicos, no generales



Matheus Hoffmann Pfrimer

Universidade Federal de Goiás - Goiânia - Goiás - Brasil

matheuspfrimer@ufg.br



Ricardo Barbosa, Jr.

University of Calgary - Calgary - Canadá

ricardo.barbosajr@ucalgary.ca

Resumo: Este trabalho apresenta primeiramente as formas pelas quais o governo do presidente Jair Bolsonaro emprega estratégias discursivas securitizadas que moldam a resposta nacional do Brasil à COVID-19 como uma questão de defesa e não de saúde pública. A partir disso, perguntamos: o que significa falar sobre o vírus e formas de enfrentá-lo através de enquadramentos de guerra? Argumentamos que o governo Bolsonaro enquadrando a pandemia de COVID-19 como uma ameaça extraterritorial, buscando criar estabilidade interna, ao mesmo tempo em que não conseguiu lidar com o assunto de maneira eficaz. Tais enquadramentos espaciais politicamente motivados inibem uma resposta efetiva no Brasil e representam uma séria ameaça à saúde pública. Uma vez que a COVID-19 foi securitizada, a resposta é enquadrada pela burocracia militar e não pelas autoridades de saúde pública, resultando em consequências perigosas.

Palavras-chave: Brasil, pandemia de COVID-19, geopolítica, geografias imaginativas, segurança, enquadramentos de guerra.

Abstract: This commentary first documents the ways in which President Jair Bolsonaro's administration has evoked securitized discursive strategies that frame Brazil's national response to COVID-19 as a matter of defense instead of public health. We then ask: What does it mean to talk about the virus and the ways to address it through war-framings? We argue that the Bolsonaro administration has framed the COVID-19 pandemic as an extra-territorial threat in an effort to create internal stability while failing to handle the matter effectively. Such politically motivated spatial framings inhibit an effective response in Brazil and pose a severe threat to public health. Once COVID-19 becomes securitized, the response is framed by the military bureaucracy rather than public health authorities, resulting in dangerous consequences.

Keywords: Brazil, COVID-19 pandemic, geopolitics, imaginative geographies, security, war-framings.

Resumen: Este documento presenta primero las formas en que el gobierno del presidente Jair Bolsonaro emplea estrategias discursivas securitizadas que configuran la respuesta nacional de Brasil al COVID-19 como una cuestión de defensa y no de salud pública. A partir de esto, preguntamos: ¿qué significa hablar sobre el virus y las formas de enfrentarlo a través de los encuadramientos de guerra? Argumentamos que el gobierno de Bolsonaro encuadro la pandemia de COVID-19 como una amenaza extraterritorial, buscando crear estabilidad interna, sin lograr abordar el problema de manera efectiva. Tales encuadramientos espaciales motivados políticamente inhiben una respuesta efectiva en Brasil y representan una seria amenaza para la salud pública. Una vez que COVID-19 ha sido securitizado, la respuesta es encuadrada por la burocracia militar y no por los funcionarios de salud pública, lo que resulta en consecuencias peligrosas.

Palabras clave: Brasil, pandemia de la COVID-19, geopolítica, geografías imaginativas, seguridad, encuadramiento de guerra.

É notável como na sua ação de triagem, contenção e controle a autoridade sanitária praticamente se confundia com a policial.

Nicolau Sevcenko (1984)

Introdução

Neste trabalho, desconstruímos a evolução da agenda do governo Bolsonaro sobre a COVID-19 por meio de uma análise do discurso político e da cobertura midiática inicial. Klotz e Lynch (2014, p. 95) argumentam que: “O discurso público [...] pode fornecer melhores evidências para a articulação de interesses porque revela racionalidades normativas para políticas públicas [...] o que necessariamente conceitua a linguagem como ações, não simplesmente como evidência.” Nossa contribuição conceitual consiste em demonstrar como o discurso de segurança mobiliza diferentes percepções de ameaça – conhecidas e desconhecidas – para constituir uma identidade nacional compartilhada e priorizar respostas militares. Em outras palavras, o jargão militar molda os imaginários espaciais da segurança, a fim de retratar a pandemia de COVID-19 como uma guerra no exterior para projetar uma sensação de estabilidade interna.

Negar primeiro: a má condução do surto da COVID-19

A resposta inicial de Bolsonaro à COVID-19 consistiu em subestimar o surto afim de minimizar possíveis consequências econômicas, o que atrasou uma resposta efetiva no Brasil. Dias antes da Organização Mundial da Saúde classificar a COVID-19 como uma pandemia em 11 de março, Bolsonaro menosprezou o vírus. O presidente anunciou que as preocupações estavam sendo exageradas, que seria 'muito mais fantasia' e que 'outras gripes mataram mais do que essa'. No dia seguinte, em meio a especulações de que ele próprio estava infectado, Bolsonaro se dirigiu ao país em uma transmissão ao vivo enquanto usava máscara já que esteve em contato com vários funcionários contaminados.

A posição inconsistente de Bolsonaro e sua confusa condução das manifestações pró-governo no dia 15 de março exemplificam ainda mais em que medida a pandemia de COVID-19 foi mal conduzida no Brasil. Para começar, o presidente compartilhou um

vídeo incentivando as manifestações contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal e a favor das Forças Armadas. E ainda, convocou apoiadores por meio das redes sociais de órgãos oficiais do Estado. Posteriormente, Bolsonaro afirmou que as manifestações precisavam ser repensadas, mas não estabeleceu medidas concretas. Em 15 de março, enquanto apoiadores se reuniam em todo o Brasil contrariamente às recomendações das diretrizes de saúde pública, incluindo às do Ministro da Saúde (que depois foi demitido), o presidente, mesmo sob suspeitas de estar infectado, saiu para abraçar manifestantes Bolsonaristas em Brasília. Sob críticas, Bolsonaro insistiu que ele havia declarado que os manifestantes deveriam ficar em casa e mentiu sobre a data do vídeo. A má condução crescia à medida que o presidente minimizava os sintomas da COVID-19 de funcionários de alto escalão e continuava chamando o vírus de 'gripezinha'.

E depois securitizar: a má gestão da pandemia da COVID-19

Com o tempo, o governo Bolsonaro começou a gerir a pandemia sob a ótica do amigo-ou-inimigo (FIDLER, 2014). O gabinete de Bolsonaro, dos quais um terço são militares, declarou abertamente em uma coletiva de imprensa sobre a COVID-19 que o Brasil estava em 'guerra' e tinha que 'combater' um 'inimigo invisível' (TV BRASILGOV, 2020). Enquadramentos de guerra posicionam os profissionais da saúde como 'amigos' que seriam "soldados que vão para a frente deste campo de batalha" contra 'inimigos' identificados ou não (TV BRASILGOV, 2020).

Desde o início, enquadramentos militares direcionaram a forma em que o governo Bolsonaro falou a respeito e respondeu à COVID-19. Como o ministro da Defesa colocou: "Isso é uma guerra [...] com um inimigo invisível [...] e quando tem uma guerra, o Brasil e os brasileiros podem contar com as Forças Armadas" (RECORD NEWS, 2020). Ele prosseguiu afirmando que "a primeira operação em relação ao coronavírus foi o resgate de nossos brasileiros que estavam em Wuhan, e as Forças Armadas, junto com outros ministérios, estiveram presentes" (RECORD NEWS, 2020). Nesta ocasião, a resposta inicial do Brasil à COVID-19 foi uma operação militar para 'resgatar' brasileiros da província de Wuhan em aeronaves das Forças Armadas e levá-los a uma base da Força Aérea para 15 dias de quarentena. Esse evento altamente militarizado contou com uma mensagem gravada de Bolsonaro

dizendo: “Vocês acabaram de entrar no espaço aéreo brasileiro. Bem-vindo de volta ao seu país, o nosso Brasil. Ninguém ficou para trás. Somos um só povo, uma só raça. Somos irmãos. As nossas Forças Armadas, os Ministérios das Relações Exteriores e da Saúde, a Câmara e o Senado, bem como a Anvisa, trabalharam incessantemente para que essa missão fosse coroada de sucesso” (PODER360, 2020). A gravação de Bolsonaro ilustra como o governo enquadrou o esforço de repatriar brasileiros em Wuhan através de um repertório discursivo nacionalista, além de colocar as Forças Armadas em primeiro plano e as autoridades de saúde pública em segundo. A comunicação sobre os esforços de repatriamento se concentrou na urgência de remover cidadãos brasileiros da China e foram amplamente divulgadas pela mídia brasileira como um 'resgate' do 'território inimigo'.

A resposta do governo Bolsonaro à COVID-19 envolveu o enquadramento de inimigos estrangeiros específicos – China e Venezuela – com o 'inimigo invisível'. Como o próprio Bolsonaro disse, as medidas consistiram em “fechamento de fronteiras, mas em especial onde está nossa grande preocupação, que é a Venezuela” (TV BRASILGOV, 2020), a qual foi fechada primeiro sem qualquer motivo de saúde pública. Quando os voos chineses para o Brasil foram restringidos, sem voos de outros países infectados receber o mesmo tratamento, a China foi tacitamente enquadrada como inimiga. Isso chegou ao ponto da COVID-19 ser chamada de 'vírus chinês', o que se tornou parte do debate nacional quando Eduardo Bolsonaro, filho do presidente e senador, retuitou uma postagem de extrema direita que culpava a China pela COVID-19 (BOLSONAROSP, 2020). Aqui, o principal parceiro comercial do Brasil é atacado na tentativa de desviar a atenção da má administração da pandemia de COVID-19 pelo governo.

Em 23 de março, o chefe de gabinete do presidente Bolsonaro, general Braga Netto, foi encarregado de 'centralizar' e 'coordenar' as ações da COVID-19. Assim o discurso de segurança da COVID-19 se tornou prática de segurança. Mais tarde, no mesmo dia, o general falou ao lado do Ministro da Saúde, que, até então, estava encarregado de toda a comunicação do governo federal sobre a COVID-19. Dessa forma, discutir a COVID-19 em termos de guerra literalmente levou autoridades de defesa a conduzir a resposta a pandemia no lugar das autoridades de saúde pública.

'Guerra' contra um 'inimigo' não-tão-invisível

É possível informar a máxima gravidade da pandemia de COVID-19 sem enquadramentos de guerra (INGRAM, 2005). Um 'conflito' implica na ameaça de um inimigo que deve ser deixada sob responsabilidade dos poderosos poucos e manipulada em sigilo (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998). Por outro lado, uma 'crise' exige urgência e prioridade sem restringir a participação, permitindo assim um amplo envolvimento aberto, conhecimento diversificado e transparência (KAY; WILLIAMS, 2009). Um conflito implica de antemão na derrota de um inimigo, enquanto numa crise nenhuma das partes precisa ser derrotada. Além de 'combater' a pandemia de COVID-19, devemos tomar cuidado para não descrever determinados Outros como 'inimigos'. No entanto, permanece a pergunta: de que maneira e em que medida o governo Bolsonaro se beneficia em securitizar a COVID-19?

Primeiramente, o governo de Bolsonaro retratou a pandemia de COVID-19 como um 'inimigo invisível', buscando justificar seu comportamento passivo em relação à saúde pública. Essas declarações aludem ao discurso de Donald Rumsfeld sobre o 'conhecido desconhecido' (*unknown known*), da época em que servia como Secretário de Defesa do presidente dos EUA George W. Bush. A própria ideia de que existe um 'inimigo invisível' ou 'conhecido desconhecido' remete a necessidade de um inimigo nacional, a fim de buscar a coesão interna e legitimar as medidas militaristas do governo. Posteriormente, a COVID-19 foi retratada como um inimigo não-tão-invisível, alinhado com inimigos estrangeiros ideológicos declarados. Ao nomear e atacar esses inimigos declarados, o governo Bolsonaro enquadrando a ameaça da COVID-19 como um Outro externo (BASHFORD, 2014), para criar uma sensação de distanciamento imediato do perigo. A implicação tácita é que 'está tudo bem' no território nacional, desviando o foco dos problemas internos e da resposta ineficaz à COVID-19.

Essa trajetória retórica é um meio de enquadrar a COVID-19 em termos das geografias imaginativas da guerra (GREGORY, 2010), quando o domínio da saúde pública deveria ser priorizado (KAY; WILLIAMS, 2009). Tal dispositivo permite que os atores políticos estabilizem as representações de uma ameaça 'desconhecida' por meio do discurso nacionalista e territorialista. Jargão militar difunde um sentimento de 'ansiedade geopolítica' para substituir a 'ansiedade pandêmica' (INGRAM, 2008), o que instiga a necessidade de coesão nacional para enfrentar uma ameaça tão 'desconhecida'. Enquadramentos discursivos securitizados permitiram ao governo Bolsonaro reenquadrar o

'conhecido desconhecido'. Geografias imaginativas estabilizam a percepção de ameaça por meio de inimigo e localidade referenciais – neste caso, China e Venezuela. Tal esforço de projetar estabilidade só é possível ao enquadrar a pandemia de COVID-19 como um conflito, colocando em risco uma questão de saúde pública ao vislumbrá-la sob a ótica da guerra.

Enquanto as geografias imaginativas da COVID-19 no Brasil situam a ameaça no exterior, discursos de território e 'raça' compartilhados produzem proximidade ao se referir a uma identidade coletiva, conforme retratado na gravação de Bolsonaro para os brasileiros 'resgatados' de Wuhan. Isso se torna particularmente estratégico em um momento de fortes críticas à gestão da pandemia pelo governo. Klotz e Lynch (2014, p. 83, tradução nossa) enfatizam como a identidade e os imaginários de segurança estão entrelaçados, uma vez que "identidades implicam nas posições dos sujeitos que empoderam certos falantes a definir interesses coletivos." Nisso, o esforço do governo Bolsonaro de securitizar o discurso e a resposta à COVID-19 pode ser interpretado como uma tentativa de trazer uma sensação de paz doméstica e estabilidade econômica. No entanto, os esforços para representar domesticamente a paz só são possíveis ao retratar turbulências no exterior.

Conclusão

Ao chamar a atenção para os perigos de discutir a COVID-19 por meio de enquadramentos de guerra, nossa intervenção analisa como e por que governos nacionais como o de Bolsonaro no Brasil se beneficiam ao suscitar o discurso de segurança durante uma pandemia. O argumento que fazemos é que a comunicação sobre COVID-19 são cruciais porque têm implicações na forma como respondemos à pandemia.

Sustentamos que a resposta nacional do Brasil à COVID-19 seja enquadrada como uma crise e não como um conflito. Em termos mais diretos, defendemos que médicos e autoridades de saúde pública – e não gerais – deveriam supervisionar a resposta do Brasil à COVID-19. Além disso, essa intervenção serve como um alerta de que a falta de resposta médica eficaz pode levar à suposta necessidade de resposta militarista. Assim como Sevchenko (1984) sugere que "a autoridade sanitária praticamente se confundia com a policial", a resposta do Brasil à COVID-19

ressalta a necessidade de que estudiosos examinem criticamente como as crises de saúde pública são desnecessariamente enquadradas pela retórica da guerra para servir agendas militaristas.

Notas

¹ Este texto foi originalmente publicado em maio de 2020 na *Dialogues in Human Geography*. Para mais detalhes vide: PFRIMER, M. H.; BARBOSA JR, R. Brazil's war on COVID-19: Crisis, not conflict—Doctors, not generals. *Dialogues in Human Geography*, v. 10, n. 2, p. 137–140, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/2043820620924880>

Referências Bibliográficas

BASHFORD, A. (ED.). **Medicine at the border: disease, globalisation and security, 1850 to the present**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

BOLSONAROSP. **18 de março, 2020**. Disponível em: <twitter.com/BolsonaroSP/status/1240286560953815040>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. **Security: A new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

FIDLER, D. P. Biosecurity: Friend or Foe for Public Health Governance? In: BASHFORD, A. (Ed.). **Medicine at the border: disease, globalisation and security, 1850 to the present**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014. p. 196–218.

GREGORY, D. War and peace. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 35, n. 2, p. 154–186, 2010.

INGRAM, A. The New Geopolitics of Disease: Between Global Health and Global Security. **Geopolitics**, v. 10, n. 3, p. 522–545, 2005.

INGRAM, A. Pandemic anxiety and global health security. In: PAIN, R.; SMITH, S. J. (Eds.). **Fear: Critical geopolitics and everyday life**. Hampshire: Ashgate, 2008. p. 75–86.

KAY, A.; WILLIAMS, O. D. (EDS.). **Global health governance: crisis, institutions and political economy**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

KLOTZ, A.; LYNCH, C. M. **Strategies for research in constructivist International Relations**. New York: Routledge, 2014.

PODER360. **Bolsonaro dá boas-vindas a repatriados da China. 9 de fevereiro, 2020.** Disponível em:

<www.youtube.com/watch?v=gVGrPAZYm6U>. Acesso em: 25 mar. 2020.

RECORD NEWS. **"É uma guerra", diz ministro da Defesa sobre coronavírus. 18 de março, 2020.** Disponível em:

<www.youtube.com/watch?v=05ifnLCiw-0>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

TV BRASILGOV. **Presidente da República, Jair Bolsonaro, realiza coletiva sobre o coronavírus. 18 de março, 2020.** Disponível em:

<www.youtube.com/watch?v=IhltNqinvm4>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor Matheus Hoffmann Pfrimer ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor Ricardo Barbosa, Jr. pela aquisição de dados e análise.

Matheus Pfrimer - É professor do Programa Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais e do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás. Possui doutorado em Geografia Política pela Universidade de São Paulo, mestrado em Relações Internacionais e Integração Europeia pela Universidade de Liège (Bélgica) e graduação em Geografia pela Universidade de Federal de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3472-3314>

Ricardo Barbosa, Jr. - Mestrando em Geografia na Universidade de Calgary, Canadá. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2704-3110>

Recebido para publicação em 28 de outubro de 2020

Aceito para publicação em 2 de dezembro de 2020

Publicado em 28 de dezembro de 2020